



Genoíno, Fogaça e Miro: incerteza sobre recomposição das forças no plenário e expectativa de embate com o governo na reforma

305 Meta inicial é definir pauta da reforma

**Para peemedebista,
Congresso pode criar
agenda independente
da do governo**

Estado — Com esse Congresso desconhecido se fará, ou se pretende fazer, uma reforma constitucional. Os problemas da própria representação parlamentar não recomendam que se examine prioritariamente a conveniência de uma reforma política?

Miro Teixeira — Acho que a primeira necessidade é fazer a pauta, ou seja, esclarecer o que é que o Brasil precisa que seja discutido em termos constitucionais.

Estado — O governo parece ter definido uma agenda.

Miro — Mas não sei se o governo vai mantê-la e qual a cronologia imaginada por ele. Acho, por exemplo, que o governo deveria rever seus passos. O Estado brasileiro não precisa de muitas mudanças na Constituição para seu desenvolvimento. O governo implantou todo um programa econômico apenas acrescentando à Constituição um dispositivo transitório para criar o Fundo Social de Emergência (FSE). A política cambial e as regras para importação e exportação não dependem de mudanças constitucionais. A política monetária não precisa de alteração na Constituição.

José Fogaça — Isso é verdade. Mas nenhum programa econômico de estabilização se sustenta só em cima de política monetária e política cambial. É indispensável uma reforma fiscal e, aí sim, o País depende de uma reforma na Constituição.

José Genoíno — O governo está indicando que pretende reduzir a agenda das reformas à reforma fiscal, à reforma previdenciária e à reforma patrimonial do Estado. O que vejo como o grande risco que estamos correndo é haver um reducionismo e um economicismo na discussão das reformas. Uma agenda limitada àqueles três temas é uma agenda muito pequena e voltada apenas à solução de problemas conjunturais. Para resolver problemas conjunturais você não precisa mexer na Constituição.

Miro — Não é necessária, por exemplo, uma emenda constitucional para estabelecer o equilíbrio fiscal. Você tem mecanismos de receita altamente viciados no País. Este é o País das renúncias fiscais, dos incentivos fiscais sem medição dos impactos sociais. Há um mundo de coisas a fazer que não depende de reforma constitucional. Não é preciso mexer na Constituição para gastar certo o dinheiro dos contribuintes. É quase um crime acenar com a reforma da Constituição como a grande salvadora do País. Não é.

Fogaça — Com certeza a reforma não é a panacéia nem a cura de todos os males, mas também não é dispensável. O País precisa de uma reforma constitucional.

Genoíno — A grande dificuldade para fazer a reforma tributária na

revisão constitucional não foi criada pelos obstrucionistas, mas pelos governadores em final de mandato e pelos candidatos a governador que tinham chances de vencer a eleição. Na hora de dividir o bolo e as competências, deu problema e vai dar novamente. O governo Fernando Henrique vai ter problemas na negociação de uma reforma fiscal que mexa no pacto federativo e esses problemas serão colocados por boa parte dos governadores que o apoiam e venceram a eleição.

Fogaça — A não ser que ele seja um governo capaz de abrir mão de poder. Essa é uma questão central.

Genoíno — Terá de haver uma discussão mais consistente sobre o mérito das reformas. O País não quer aventura nem pirotecnia. O País quer uma discussão séria do presidente da República com governadores, com prefeitos, com o Congresso, que viabilize processualmente as reformas. O pessoal cansou de impacto. Pela agenda do governo, vai se discutir a reforma da Previdência. Se for na base do impacto ou na base do "eu acho", vai se estabelecer o terrorismo em relação aos aposentados.

Miro — Mas antes disso o governo tem que demonstrar que é necessário mudar a Constituição para mexer na Previdência. Nós não podemos aceitar como verdade que a Previdência está quebrada. A cada hora o governo apresenta um número diferente sobre isso.

Genoíno — Não podemos ter uma reforma da Previdência que deixe os pobres na situação em que estão e ainda empobreça a classe média.

Miro — Essa questão é muito séria. Existem dogmas. As pessoas começam a dizer que a Previdência quebrou e que a Previdência é inviável, e não discutem. Não apresentam nenhum cálculo atuarial. A Previdência padece é de um sistema correto de arrecadação, de um mecanismo de fraudes ainda não debelado, de muita sonegação e de falta de agilidade na execução da dívida ativa. O governo quer discutir a crise da Previdência a partir dos bene-

fícios. Ora, isso é o cacoete de começar a reunião pelo quinto item da pauta. O que temos é o seguinte: há absoluta necessidade de que as reformas constitucionais tenham um pauteiro, para evitar que as discussões começem pelo quarto ou quinto item.

Estado — Por que o Congresso não estabelece a pauta em vez de esperar a do governo?

Fogaça — O governo tem que sinalizar, mas acho que o Congresso tem a responsabilidade de tomar a frente dessa questão e eleger a sua prioridade. Para isso é absolutamente fundamental saber qual vai ser a composição da mesa da Câmara e da mesa do Senado. Na minha opinião o Congresso é capaz de fazer a pauta, mas para isso depende de quem o comande.

O problema maior é o seguinte: nós abrimos um leque de discussões, jogamos todos os problemas ao mesmo tempo, e aí nós armamos e unificamos os inimigos de uma reforma constitucional. Fizemos isso na revisão constitucional e armamos os adversários da revisão, como a OAB. Que nos sirva de lição. Agora precisamos eleger a prioridade número um, pensando que ela possa ser a prioridade única. Se a prioridade número um for conquistada, então aí vamos começar a pensar na segunda prioridade. Juntar todas as propostas de reforma ao mesmo tempo e apresentá-las como um pacote indispensável à vida do País significa derrota política imediata.

Genoíno — Nós não estabelecemos a pauta porque a estrutura do Congresso está velha, arcaica, baseada no clubismo e no compadrismo. Nós precisamos auto-reformar o parlamento e precisamos também impedir a autocracia do Executivo. O Executivo não tem que meter o bedelho no Congresso e o Congresso não pode ficar submetido, por exemplo, ao império das medidas provisórias. Esta é a hora da verdade. Estou prevendo que na hora em que discutirmos o conteúdo das reformas e o conteúdo do pensamento de Fernando Henrique, se ele expuser um conteúdo reformador pa-

ra mexer nos tubarões e não apenas nas bagrinhas, aí o governo vai ter que sangrar na sua própria carne. Se não sangrar, o País não entra no jogo das reformas e não muda.

Miro — Se Fernando Henrique expuser em suas propostas o pensamento dele, vai ter o nosso voto e não o voto da base de apoio dele.

Genoíno — Quero ver o PFL acabar com subsídios e outros privilégios de poucos.

Fogaça — Não quero fazer uma reforma que exclua o PFL. Quero uma reforma que contenha uma parte do que o PFL representa no País. Se não, será uma reforma falsa, mentirosa. O País é também o PFL. Não quero mudar nada no País sem o PT e também não quero mudar sem o PFL.

Será falsa qualquer reforma que não tenha o PT e será falsa qualquer reforma que não tenha o PFL.

Genoíno — O governo não pode se calçar em seu bloco para mudar a Constituição porque esse bloco não vai aceitar cortar na carne. O governo vai ter um tensionamento imenso na sua base parlamentar. Não pode se repetir, que houve na revisão. A esquerda precisa romper com o maniqueísmo e precisa ser desfeito o bloco do status quo, aquele que se arreia quando ouve falar em mudanças. Parte numericamente expressiva da base parlamentar do governo está nesse bloco. Há uma base clientelista do governo no Congresso. Foi ela quem reclamou — e não a esquerda — dos cortes que o ministro José Serra fez nas emendas ao Orçamento. Essa turma quer mudar, pero no mucho. Nós queremos aprofundar as reformas. Queremos discutir o fim dos privilégios. Vamos detonar! Vamos mostrar quem é quem na discussão da liberdade e da autonomia sindical.

Miro — Mas se Fernando Henrique topa, ele muda a base da aliança: a oposição vira governo e a base do governo vai para a oposição.

Fogaça — Tem muito ranço oposicionista nesse discurso de vocês.

MIRO: "NÃO É
PRECISO MEXER
NA CARTA PARA
GASTAR CERTO"